Demonstrações Financeiras

Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

31 de dezembro 2024 com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas.

A Administração da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

1. Perfil Institucional

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("Usina"), localizada no município de Candiota (RS), que utiliza o carvão mineral como fonte de energia. A Usina, de 345,0 MW de capacidade instalada e 323,5 MWm de capacidade comercial, vendeu em 28.11.2014, no 20º Leilão de Energia nova (A-5/2014), 294,5 MWm em contrato de 25 anos, tendo entrado em operação comercial em 28.06.2019.

2. Estrutura e Controle Acionário

A companhia findou o ano de 2024 com 1.268.041.000 ações ordinárias (1.076.692.000 ações em 31.12.2023), todas nominais e sem valor nominal, das quais 50% pertencem à Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e 50% pertencem a Grafito Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, que representam no capital social da Companhia o valor de R\$ 1.268.041 mil.

2.1. Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. O prazo de mandato é de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

3. Ambiente Macroeconômico

O cenário macroeconômico considerando os resultados do segundo semestre de 2024 e o tom para o início de 2025, indica cautela dado a deterioração de alguns indicadores econômicos, com aberturas de spreads acompanhando a elevação da curva de juros e taxa SELIC que fechou o ano 12,25% e níveis recordes de cotação do dólar frente ao real. A desvalorização cambial por sua vez deve ter impacto na inflação que segue com perspectiva de alta para 2025, depois de fechar o ano de 2024 em 4,83%.

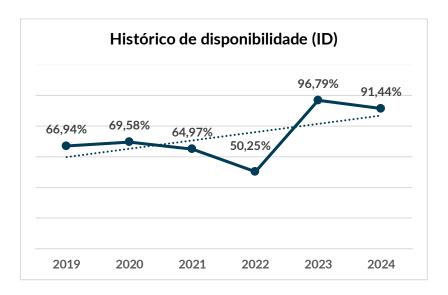
Nesse contexto, a perspectiva é que para o ano de 2025 ocorram novas altas na taxa básica de juros, ainda que os endividamentos da Pampa Sul não são atrelados diretamente à SELIC e sim a outros indicadores como IPCA e TJLP.

Apesar da maior volatilidade do PLD, com valor horário pontualmente superando R\$ 1.240/MWh no mês de agosto e, com valor médio mensal ficando fora do piso regulatório durante todo o 2º semestre de 2024, onde a Pampa Sul foi despachada continuamente, a realidade na virada do ano se prova diferente. Com as recentes frustrações nas condições meteorológicas, utilizando como base as informações do PMO de fevereiro 2025, a última rodada dos modelos aponta estresse na curva de preços futura e a perspectiva de PLD acima do CVU da usina, ou seja maior chance de despacho na maior parte do ano. Cabe destacar, que corrobora para a perspectiva altista o ajuste do CVaR (mais averso ao risco) e a entrada do modelo Newave Híbrido, que tem o objetivo de representar de forma individualizada as usinas hidrelétricas, podendo aumentar a volatilidade

4. Desempenho Operacional

No ano de 2024 a Usina atingiu uma geração total bruta de 2.086,37 GWh,. Este desempenho representou um aumento de 36,7% em relação à geração de 2023, que foi de 1.525,73 GWh, e de 83,93% comparado aos 1.134,30 GWh registrados em 2022. O aumento observado na geração em relação a 2023 é atribuído, principalmente, ao significativo acréscimo no despacho adicional por Ordem de Mérito e pelas demandas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Destaque especial para o mês de maio, quando o aumento da geração foi fundamental para mitigar os impactos causados pela catástrofe climática que atingiu o estado do Rio Grande do Sul. Este desempenho reflete o compromisso da Usina em atender às necessidades do sistema e reforça sua contribuição para a segurança energética do país.

Em linha com as novas práticas da atual gestão e visando a otimização dos processos e melhoria dos indicadores operacionais, o índice de disponibilidade atingido em 2024 foi de 91,44%, como reflexo do sucesso da estratégia de manutenção e conservação da usina em contexto de alta demanda do SIN devido à alta necessidade de demanda e desempenho operacional do ano.



O Índice de Disponibilidade (ID), é um indicador de desempenho dos ativos de transmissão e geração no qual se baseia no Procedimento de Rede Módulo 9; Submódulo 9.2 "Indicadores de desempenho de equipamentos e linhas de transmissão e das funções transmissão e geração" do Manual de Procedimentos Operacionais do ONS. É definido pela divisão do "número total de horas disponíveis no período considerado" pelo "número total de horas do período considerado", tipicamente o período considerado é mensal ou anual.

Desempenho Econômico-financeiro				
Indicadores de resultado	2024	2023	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	977.845	746.318	231.527	31,0
Lucro bruto	232.348	113.485	118.863	(104,7)
Margem bruta	23,8%	15,2%		8,6
Ebitda (Lajida) ¹	324.452	264.602	59.850	22,6
Margem Ebitda	33,2%	35,5%		(2,3)
Depreciação e amortização	(150.787)	(154.388)	3.601	2,3
Resultado financeiro	(293.267)	(286.036)	(7.231)	(2,5)
Imposto de renda e contribuição social	40.664	59.658	(18.994)	(31,8)
Prejuízo líquido do período	(78.938)	(116.164)	37.226	32,0

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida	2024	2023	Var. (R\$)	Var. (%)
Suprimento de energia elétrica	868.641	705.877	162.764	23,1
Transações mercado de curto prazo	101.848	38.027	63.821	167,8
Outras receitas	7.356	2.414	4.942	204,7
	977.845	746.318	231.527	31,02

Em 2024 a receita operacional líquida da Companhia alcançou R\$977.845 mil, um crescimento de R\$231.527 mil (31%) comparado a 2023. Essa variação positiva é explicada, principalmente, pela combinação dos seguintes itens: (i) R\$81.202 mil referentes ao êxito no pleito de reequilíbrio do ICMS; (ii) R\$42.709 mil provenientes do aumento nas transações de mercado de curto prazo, em função da variação do PLD; (iii) R\$35.805 mil resultantes da atualização anual do valor do contrato do CCEAR's pelo IPCA; (iv) R\$34.759 pela geração por chamadas a mérito; e (v) em contrapartida o efeito negativo das glosas que reduziram a receita de 2023 no valo de R\$39.842.

Custos da energia vendida	2024	2023	Var. (R\$)	Var. (%)
.	450 -0-	454000	(0.004)	(0.0)
Depreciação e amortização	150.787	154.388	(3.601)	(2,3)
Materiais e serviços de terceiros	105.725	100.306	5.419	5,4
Combustível para produção de energia elétrica	228.316	194.871	33.445	17,2
Encargos de uso da rede elétrica de conexão	35.416	34.694	722	2,1
Pessoal	39.606	37.623	1.983	5,3
Energia elétrica comprada	134.637	75.614	59.023	78,1
Seguros	43.918	29.901	14.017	46,9
Outros	7.092	5.435	1.657	30,5
	745.497	632.832	112.665	17,8

Os custos de energia vendida em 2024 aumentaram R\$112.665 mil (17,8%) em relação a 2023, passando de R\$ 632.832 mil para R\$745.497 mil. Essa variação resulta da combinação dos seguintes fatores:

- a) Combustível para produção de energia elétrica: O aumento de 17,2% no custo do combustível em 2024 decorre, principalmente, do aumento da geração por chamadas a mérito e da geração de outras titulações no mercado de curto prazo, cujas receitas são liquidadas no mercado de curto prazo.
- b) Energia elétrica comprada: A variação decorre, principalmente, da necessidade de liquidação de energia ao PLD no mercado de curto prazo (MCP), devido à indisponibilidade da usina durante a Parada de Revisão de Unidade (PRU) em setembro, bem como à variação do PLD.
- c) Seguros: O custo com seguros aumentou R\$ 14.017 mil (46,9%) em 2024, principalmente devido ao custo superior da nova apólice de riscos operacionais e lucros cessantes, tendo em vista que a apolice anterior (no contexto do grupo ao qual Pampa pertencia) era diversificada com a presença majoritária de ativos sustentáveis, que por consequência otimizava os custos de contratação.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, exceto a variação da depreciação, o Ebitda em 2024 foi de R\$324.452 mil, R\$59.850 mil (22,6%) acima do apurado no 2023, que foi de R\$264.602 mil.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

A redução do Imposto de Renda e da Contribuição Social em 2024 foi de R\$18.994 mil (31,8%), passando de R\$59.658 mil em 2023 para R\$40.664 mil. Essa diminuição é atribuída à redução do prejuízo fiscal no ano.

Prejuízo do exercício

O prejuízo do exercício em 2024 foi de R\$78.938 mil, representando uma redução de R\$37.226 mil (32%) em relação a 2023 que foi de R\$116.164 mil, como resultado da combinação dos elementos apresentados anteriormente.

5. Gestão de Pessoas

A Administração da Pampa Sul continua realizando esforços intensos voltados à retenção do quadro assim como no desenvolvimento dos colaboradores visando ganhos em produtividade.

O handover das funções de gestão de pessoas foi concluído no mês de janeiro de 2024 com a implantação da estrutura de ERP relacionada, permitindo a formação de histórico relevante para geração de KPIs de gestão do quadro qualificado próprio. Nesse exercício também foram concluídas atividades estratégicas de grande importância, como a realização de uma pesquisa salarial e a elaboração de um Plano de Cargos e Salários , programa de Desenvolvimento de Lideranças e elaboração de um perfil de Competências Organizacionais alinhado às diretrizes estratégicas da empresa, dentre diversas outras iniciativas que culminaram com uma Pesquisa de Clima Organizacional com resultados superiores aos da pesquisa realizada imediatamente após a troca de gestão.

Seguindo a estratégia de estruturação da nova Companhia, o quadro de colaboradores cresceu de 148 para 179 pessoas, aumento de 21% em relação a 2023, com expectativa de quadro total de 186 pessoas em 2025.

6. Gestão Socioambiental

A Usina conta com Licença Ambiental de Operação (LO) emitida pelo IBAMA, para a condução das operações da Usina Termelétrica Pampa Sul, reservatório, Linha de Transmissão e correia transportadora de carvão, com validade até 13.06.2029.

A Companhia realiza avaliações periódicas para identificar possíveis impactos socioambientais decorrentes do empreendimento. Com base nessas avaliações são propostos programas de intervenção, controle e monitoramento na área de influência. O objetivo é avaliar a evolução dos impactos previstos e a eficácia das medidas propostas durante as fases de implantação e operação do empreendimento. Essa abordagem visa garantir a sustentabilidade, minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos no meio ambiente e na comunidade local.

Os programas têm como premissa básica a proposição de ações capazes de evitar, atenuar, reparar ou compensar os danos/impactos previstos, assim como otimizar os investimentos a serem aplicados na região. Dentre vários investimentos para a comunidade, salienta-se:

- Conclusão da rede adutora de água e a sua conexão na Estação de Tratamento de Água (ETA), também construída pela UTE Pampa Sul. Ambas as construções serão doadas para Hulha Negra como ação de responsabilidade social do Empreendimento, permitindo que o município seja abastecido com a água da barragem da Usina e contribuindo para o enfrentamento ao problema histórico de seca na região;
- Quitação integral do valor destinado à Compensação Ambiental em favor da Unidade de Conservação Parque Nacional da Lagoa do Peixe junto ao ICMBio;
- Participação da UTE Pampa Sul no evento promovido pela Prefeitura de Candiota, que trata da inauguração do Prédio do Parque Maria Anunciação Gomes de Godoy, fruto da Compensação Ambiental da UTE Pampa Sul no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal IBAMA;

- Celebração do 3º TERMO ADITIVO ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental com o município de Bagé, visando o estabelecimento da execução da Compensação Ambiental de forma indireta, através do pagamento e disponibilização do valor correspondente, que será aplicado por Bagé na regularização fundiária da área destinada à formação da Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal do Pampa;
- Quitação do valor compromissado pela UTE Pampa Sul para a construção do Ginásio Seival, fruto de uma demanda da comunidade de Seival (Candiota/RS) em 2017. Nessa época, esse Projeto foi enquadrado via Lei do Incentivo ao Esporte;

Outro destaque é o Subprograma de Educação Ambiental na Agricultura Familiar, que visa a sustentabilidade socioeconômica das famílias em assentamentos rurais, através do apoio técnico, desenvolvimento de projetos e promoção da adoção de práticas ecologicamente sustentáveis. Participaram dessas atividades 34 assentamentos (823 famílias) e 5 escolas. Por meio desse programa, já foram recuperadas 155 nascentes, mais de 16 mil mudas plantadas e 130 espécies de plantas medicinais cultivadas. Inclusive esse Subprograma, junto a Grupos Sociais, foram selecionados novamente em 2023 pelo IBAMA para serem apresentados no IV Fórum de Programas de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal.

Abaixo, apresentamos a lista dos planos e programas socioambientais do empreendimento, relacionados à licença de operação:

- 1. Sistema de Gestão Ambiental SGA
- 2. Programa Ambiental da Geração PAG
- 3. Programa de Monitoramento das Águas Superficiais
- 4. Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
- 5. Programa de Monitoramento de Ruídos
- 6. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
- 7. Subprograma de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar, Meteorológicos e Emissões Atmosféricas
- 8. Programa de Controle de Pragas e Vetores
- 9. Programa de Gestão do Reservatório
- 10. Programa de Reposição Florestal
- 11. Programa de Revegetação das Matas Ciliares e Conexão do Corredor Ecológico
- 12. Programa de Manutenção da Faixa de Servidão da LT
- 13. Programa de Implantação da Cortina Vegetal
- 14. Programa de Monitoramento de Fauna
- 14.1. Subprograma de Monitoramento de Aves e Mamíferos
- 14.2. Subprograma de Monitoramento de Atropelamentos
- 15. Programa de Monitoramento da Ictiofauna
- 15.1. Subprograma de Resgate de Ictiofauna
- 15.2. Subprograma de Monitoramento de Taxocenose do Rio Jaguarão

- 15.3. Subprograma de Mitigação de Impactos sobre os Peixes Anuais
- 15.4. Subprograma de Monitoramento de Ictioplâncton
- 16. Programa de Comunicação Social
- 17. Programa de Educação Ambiental
- 17.1. Subprograma de Educação Ambiental com Grupos Sociais
- 17.2. Subprograma de Educação Ambiental na Agricultura Familiar
- 17.3. Subprograma de Educação Ambiental aos Trabalhadores
- 18. Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde
- 19. Plano de Gerenciamento de Riscos
- 20. Plano de Atendimento às Emergências

Ainda, no âmbito do Programa de Comunicação Social, a UTPS promoveu Seminários de Devolutivas dos Programas listados acima nas comunidades de Seival (Candiota/RS) e Trigolândia (Hulha Negra/RS) com o objetivo de promover um espaço de diálogo e oportunizar a apresentação dos programas socioambientais desenvolvidos pela UTPS, permitindo que a população da Área de Influência Direta (AID) conheça as ações e os principais resultados obtidos. Foram registrados um público de 167 pessoas de Candiota/RS e 110 pessoas de Hulha Negra/RS, totalizando 277 pessoas, no entanto, estima-se que este número seja ainda maior. O seminário, que contou com a participação do IBAMA, foi muito positivo, tanto na execução das ações previstas quanto na participação do público-alvo e alcance dos objetivos tratados.

7. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

8. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., prestaram serviços de asseguração limitada de covenants (NBC TO 3000 e ISAE 3000), além dos serviços de auditoria, no ano de 2024.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus colaboradores, fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2024.

À Administração

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	
Demonstração do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Iguatemi Business Avenida Nilo Pecanha, 2.900 9° andar - Chácara das Pedras 91330-001- Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. Pelotas/RS Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (a "Companhia" ou "Pampa Sul") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, em função da complexidade no processamento, no registro das transações e no reconhecimento da receita. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$915.266 mil decorrente do suprimento de energia elétrica.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para condução do assunto incluíram, dentre outros:

- (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica;
- (ii) Avaliação da razoabilidade das estimativa contábeis da receita, reconhecida ao final do exercício;
- (iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da estimativa da receita de fornecimento de energia elétrica ao final do exercício;
- (iv) Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada pela Companhia;
- (v) Teste de recebimento e pagamento subsequente de faturas, por amostragem; e
- (vi) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a receita, incluídas na nota 16 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento da receita, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferido

Conforme divulgado na nota explicativa 14(d), a Companhia possui ativo fiscal diferido no montante de R\$134.609 mil, reconhecido sobre prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis. A análise da realização do ativo fiscal diferido é significativa para nossa auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações financeiras, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros que suportam a realização do ativo fiscal diferido. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação ao desempenho financeiro da Companhia após o término da carta fiança que a Companhia possui, em



cojunto com o contrato regulado até 2043 que já prevê a receita da Companhia até esse ano.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para condução do assunto incluíram, entre outros: (i) revisão das projeções de resultados futuros com base no plano de negócios preparado pela Administração, incluindo a avaliação das principais premissas e da metodologia utilizada; (ii) revisão das bases de cálculo do ativo fiscal diferido; (iii) análise das divulgações realizadas na nota explicativa 14(d) das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na elaboração das projeções que suportam a análise de realização do ativo fiscal diferido, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14(d), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 18 de março de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC SP-015199/F

Arthur Ramos Arruda

Contador CRC RS-096102/O-0

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	131.113	45.598
Contas a receber de clientes	4	113.130	49.734
Estoques	5	91.508	134.183
Crédito de imposto de renda e contribuição social	14	3.514	5.989
Outros créditos fiscais a recuperar	14	2.753	831
Despesas antecipadas	6	89.692	70.227
Outros ativos circulantes		1.300	17.828
		433.010	324.390
Ativo não circulante Realizável a Longo Prazo Depósitos vinculados	7	121.620	132.788
Crédito de imposto de renda e contribuição social	14	-	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	134.609	93.945
Outros créditos fiscais a recuperar	14	-	2.044
Despesas antecipadas .	6	17.353	-
Outros ativos não circulantes		178	139
		273.760	228.950
Imobilizado	8	2.465.802	2.520.935
Intangível		9.977	6.068
		2.749.539	2.755.953
Total do ativo		3.182.549	3.080.343

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante			
Fornecedores	9	170.322	64.886
Instrumento de dívida	13	143,219	100.102
Obrigações fiscais e regulatórias	14	27.657	14.435
Obrigações trabalhistas		12.823	13.544
Outros passivos circulantes	10	24.000	32
·		378.021	192.999
Passivo não circulante			
Instrumento de dívida	13	1.680.857	1.693.204
Provisão para contingências	11	8.494	18
Outros passivos não circulantes		-	7
·		1.689.351	1.693.229
Patrimônio líquido	15		
Capital social		1.268.041	1.268.041
Outros resultados abrangentes		-	9
Prejuízos acumulados		(152.864)	(73.935)
		1.115.177	1.194.115
Total do passivo		3.182.549	3.080.343

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	16	977.845	746.318
Custos da energia vendida Combustível para produção de energia elétrica Depreciação e amortização Materiais e serviços de terceiros Energia elétrica comprada Pessoal Encargos de uso de rede elétrica e de conexão Seguros Outros		(228.316) (150.787) (105.725) (134.637) (39.606) (35.416) (43.918) (7.092)	(194.871) (154.388) (100.306) (75.614) (37.623) (34.694) (29.901) (5.435)
Lucro bruto	-	232.348	113.486
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(28.611) (30.072) (58.683)	(4.625) 1.353 (3.272)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	-	173.665	110.214
Resultado financeiro			
Receitas financeiras Despesas financeiras	17 17 -	22.597 (315.864) (293.267) (119.602)	28.765 (314.801) (286.036) (175.822)
Corrente Diferido	14 14	- 40.664 40.664	(488) 60.146 59.658
Prejuízo do exercício	- -	(78.938)	(116.164)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	2024	2023
Prejuízo do exercício Outros resultados abrangentes que no futuro:		(78.938)	(116.164)
Outros resultados abrangentes		9	-
Resultado abrangente do exercício		(78.929)	(116.164)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

				Reservas	s de lucros	_		
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2022	15	1.076.692	104.100	9.320	32.909	9	-	1.223.030
Capitalização de AFAC		104.100	(104.100)	-	-	-	-	-
Aumento de capital		87.249	-	-	-	-	-	87.249
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(116.164)	(116.164)
Absorção do prejuízo do exercício	_	-	-	(9.320)	(32.909)	-	42.229	
Saldos em 31.12.2023	15	1.268.041	-	-	-	9	(73.935)	1.194.115
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(78.938)	(78.938)
Realização de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(9)	9	•
Saldos em 31.12.2024	15	1.268.041	-	-	-	-	(152.864)	1.115.177

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(119.602)	(175.822)
Conciliação do lucro com o caixa gerado pelas operações		
Juros e variação monetária	198.321	179.464
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	8.476	-
Depreciação e amortização	150.787	154.388
Crédito de Pis e Cofins	17.068	-
Estimativa reequilíbrio do ICMS - Nota explicativa 16	13.065	-
Baixa de ativo imobilizado	32	-
Outros	-	(128)
Lucro ajustado	268.147	157.902
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(104.027)	(12.071)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	2.509	35.140
Outros créditos fiscais a recuperar	122	12.606
Estoques	42.675	(7.883)
Despesas antecipadas	(36.818)	(70.026)
Outros ativos	`16.489 [´]	2.708
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	105.436	10.263
Obrigações fiscais e regulatórias	(88)	(6.485)
Obrigações trabalhistas	(721)	2.438
Outros passivos	47.769	920
Caixa líquido das operações	341.493	125.512
Pagamento de juros sobre instrumentos de dívida	(99.572)	(131.931)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	241.921	(6.419)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(99.595)	(46.581)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	(99.595)	(46.581)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(101001)
Pagamento de instrumentos de dívida	(67.979)	(58.116)
Aumento de capital	-	87.249
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	11.168	(7.637)
Caixa líquido utilizado/gerado das atividades de financiamento	(56.811)	21.496
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	85.515	(31.504)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		(01.001)
Saldo inicial	45.598	77.102
Saldo final	131.113	45.598
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	85.515	(31.504)
Tamonto (Troduguo) no daina o ogarraionico de daina	00.010	(01.007)

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
Geração do valor adicionado		
Receita bruta de vendas	1.080.340	831.960
Outras receitas operacionais	9.480	1.353
·	1.089.820	833.313
(-) Insumos		
Materiais e serviços de terceiros	(126.340)	(101.522)
Combustível para geração de energia elétrica	(214.607)	(194.871)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	(35.416)	(34.694)
Energia elétrica comprada para revenda	(134.639)	(75.614)
Seguro Operacional	(43.909)	(28.361)
Outros	(28.455)	(3.416)
	(583.366)	(438.478)
Valor adicionado bruto	506.454	394.835
Depreciação e amortização	(152.942)	(155.879)
Valor adicionado líquido gerado	353.512	238.956
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	22.596	28.765
Valor adicionado a distribuir	376.108	267.721

Demonstração do valor adicionado--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31.12.2024	%	31.12.2023	%
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	31.740	8,4	20.952	7,8
Benefícios	10.509	2,8	9.671	3,6
Participação nos resultados	4.218	1,1	3.159	1,2
F.G.T.S.	1.594	0,4	1.476	0,5
	48.061	12,7	35.258	13,1
Do governo				
Impostos federais	53.879	14,3	30.154	11,2
Impostos estaduais	1.372	0,4	980	0,4
Impostos municipais	460	0,1	439	0,2
Encargos setoriais	11.444	3,0	9.165	3,4
	67.155	17,8	40.738	15,2
Do capital de terceiros		-		•
Juros e V.M. de instrumentos de dívida	198.321	52,7	194.830	72,3
Fiança Bancária	115.752	30,8	-	0,5
Outras despesas financeiras	25.757	6,8	113.059	42,0
·	339.830	90,3	307.889	114,8
Do capital próprio				
Prejuízos acumulados	(78.938)	-20,8	(116.164)	-43,1
-	(78.938)	-20,8	(116.164)	-43,1
	376.108	100,0	267.721	100,0

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") é uma Companhia geradora de energia elétrica, operando sob o regime de produção independente e constituída como sociedade anônima, com sede na Cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia consistem na geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME). O objeto social da Companhia é a geração de energia elétrica por meio da implantação e operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("UTE Pampa Sul" ou "Usina"), localizada no município de Candiota (RS).

Em 04.05.2020 a Pampa Sul obteve o registro de companhia listada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM na Categoria "Companhias Abertas - Comércio, Indústria e Outros".

A Companhia foi constituída em 31.10.2001, com prazo de duração indeterminado e, atualmente conforme apresentado na Nota 18 - Transações com Partes Relacionadas, está sob o controle acionário da Grafito Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Grafito") e Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Space X"), ambos situados no Brasil.

Em 28.06.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da UTE Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW1 e garantia física de 323,5 MW médios. A Usina utiliza o carvão mineral proveniente de jazidas como combustível para geração de energia elétrica. A energia gerada pela Usina está contratada por um período de 25 anos no Leilão A-5, realizado em 28.11.2014, ao preço de R\$337,49 /MWh, atualizado até 30.11.2024 (data de aniversário do contrato).

Estado de calamidade do Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) foi atingido por fortes chuvas durante o mês de maio/2024, que resultou em um estado de calamidade. Contudo, a planta logrou manter sua operação normal durante o período e consequentemente o estado de calamidade não impactou a avaliação da Administração acerca das premissas e principais políticas contábeis da demonstração. Nesse sentido, durante o segundo trimestre de 2024, a Companhia fez a adesão ao programa de suspenção temporária de pagamentos ("Stand Still") do BNDES, que liberou a postergação de parcelas de financiamentos já contratados por 12 meses, sem mudança na data final de amortização do contrato e sem alteração na taxa de juros.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - IFRS, emitidas pelo IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC e pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. A vigência dos contratos de energia estende-se até 31 de dezembro de 2043. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são: Nota 8 - Imobilizado, Nota 14 - Obrigações ficais e regulatórias e Nota 11 - Provisão para contingências.

f) <u>Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração</u>

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*). Nos testes efetuados não houve indicativo de *impairment*.

g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente a novas normas ou alterações de normas contábeis vigentes a partir deste exercício. Não existem novas normas emitidas ou alterações de normas vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Por fim, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes--Continuação

Norma nova e normas alteradas	Objetivo
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) - demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 - tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) - instrumentos financeiros (evidenciação). A data da aprovação no Brasil foi em 01.12.2023, com a data de entrada em vigor a partir de 01.01.2027
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.
	A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statement (PFS)) e das notas explicativas.
	Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.
	O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de	Em setembro de 2024, o CPC emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.
	O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.
	As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes--Continuação

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Na opinião da Administração, exceto pelo IFRS 18, não se esperam impactos materiais nas demonstrações financeiras da entidade.

h) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 18/03/2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	22.024	19.959
Aplicações financeiras Aplicação automática CDB Fundo de Investimento	18.667 11.662	- -
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	78.760	25.639
	131.113	45.598

A Companhia realiza aplicações financeiras utilizando saldos disponíveis em conta corrente na Aplicação Automática Itaú Mais e no fundo Itaú Soberano RF Simples FICFI. Este fundo é majoritariamente composto por títulos do governo brasileiro, oferecendo liquidez diária e apresentando uma rentabilidade de 10,78% nos últimos meses. Além disso, a Companhia possui investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) do Banco Daycoval, também com liquidez diária e remuneração atrelada ao CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

4. Contas a receber de clientes

	31.12.2024	31.12.2023
Distribuidoras(1)	63.973	45.690
Transações realizadas na CCEE(2)	47.423	2.790
Outros recebimentos	1.734	1.254
	113.130	49.734

⁽¹⁾ Os montantes apresentados estão deduzidos de (i) R\$56.000, em 31.12.2024 e 31.12.2023, relativos ao mecanismo de ressarcimento o qual segue em discussão sobre o excludente de responsabilidade de Pampa Sul, relativos à indisponibilidade de conexão por determinado período no ano de 2021 e (ii) R\$21.379, em 31/12/2023, decorrente a glosas por reapurações da receita do período de 2020 a 2021, que se materializaram no 1T24.

Em 31.12.2024 a Companhia possuía R\$5.618 em saldos vencidos acima 30 dias. A Companhia não reconheceu provisão para perda de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

5. Estoques

	31.12.2024	31.12.2023
Adiantamento a fornecedores	1.979	42.165
Almoxarifado	69.700	71.768
Insumos para produção de energia	15.563	14.050
Outros	4.266	6.200
	91.508	134.183

A Companhia mantém estoques de peças para manutenção periódica e extraordinária, considerando a demora no fornecimento devido à especificidade da tecnologia chinesa utilizada. Essa estratégia tem o objetivo de minimizar o tempo de indisponibilidade dos equipamentos, mitigando impactos no índice de disponibilidade e na receita da Companhia. Adicionalmente, são realizados testes periódicos para avaliar a obsolescência dos estoques, não sendo identificados, até o momento, riscos relevantes que justifiquem a constituição de provisão.

6. Despesas antecipadas

	31.12.2024	31.12.2023
Fiança bancária¹	47.535	49.750
Prêmio de seguros ²	59.510	20.342
Outros	-	135
	107.045	70.227
Circulante	89.692	70.227
Não circulante	17.353	-

⁽¹⁾ Os montantes referem-se aos valores de fiança bancária firmados entre a Companhia e o Banco BTG e que são apropriadas mensalmente ao resultado durante a sua vigência.

⁽²⁾ Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - No saldo da conta está contemplada a estimativa de recebimento do reequilíbrio do ICMS, onde inserimos mais detalhes na nota de Receita Operacional Líquida.

⁽²⁾ A Companhia posui seguros cuja vigência é até 28/05/2026 e com isso o montante de R\$17.353 em 31 de dezembro de 2024, foi classificado como não circulante, sendo o restante do saldo R\$42.157 no circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

7. Depósitos vinculados

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$121.620 (R\$132.788 em 31.12.2023), aplicado no Banco Citibank S.A., relativo a garantias vinculadas ao contrato de financiamento e debêntures. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das debêntures emitidas. São constituídas, em sua maioria, pelo montante equivalente à próxima parcela vincenda das debêntures e às despesas contratuais de operação e de manutenção para as usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades.

8. Imobilizado

a) Composição

Prática contábil

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas Companhias do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, exceto pelos investimentos iniciais nos ativos de geração, cujas usinas possuem concessão do serviço público. Estes investimentos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado - Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis da respectiva unidade geradora de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foi identificado nenhum *Impairment* nos seus ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

a) <u>Composição</u>--Continuação

	31.12.2024				31.12.2023	
	Taxa média de depreciação (a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	5,20%	2.648.946	(652.006)	1.996.940	2.039.233	
Edificações e benfeitorias	2,50%	288.884	(39.134)	249.750	256.860	
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	197.299	(21.200)	176.099	180.048	
Móveis e utensílios	6,30%	1.549	(1.278)	271	898	
Veículos	14,30%	18	(14)	4	5	
Imobilizado em andamento						
Imobilizado em curso		42.738	-	42.738	43.891	
		3.179.434	(713.632)	2.465.802	2.520.935	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máguinas e	Edificações e	Reservatórios, barragens e		lmobilizado em	
	equipamentos	benfeitorias	adutoras	Outros	curso ¹	Total
Saldos em 31/12/2022	2.175.199	256.692	183.953	1.010	16.043	2.632.897
Aquisições	-	-	-	-	44.395	44.395
Transferências	6.898	7.512	-	12	(14.422)	-
Baixas	(36)	-	-	-	· -	(36)
Reversão de provisão	-	-	-	-	(2.125)	(2.125)
Depreciação .	(142.828)	(7.344)	(3.905)	(119)	-	(15\ddots4.196)
Saldos em 31.12.2023	2.039.233	256.860	180.048	903	43.891	2.520.935
Aquisições	_	-	-	_	95.333	95.333
Transferências	95.849	238	-	380	(96.467)	-
Baixas	-	-	-	(13)	` (19)	(32)
Depreciação	(138.142)	(7.348)	(3.949)	(995)	`-	(150.434)
Saldos em 31.12.2024	1.996.940	249.750	176.099	275	42.738	2.465.802

⁽¹⁾ O imobilizado em curso, na sua maior parte, se referem às paradas técnicas que a Companhia efetua (PCD e PRU) com o intuito de garantir a vida útil esperada das máquinas e equipamentos e possui previsão de término durante o ano de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

9. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de imobilizado1	36.144	36.851
Fornecedores de materiais e serviços ²	126.599	10.220
Combustíveis e outros insumos	-	11.894
Encargos de uso rede elétrica	3.095	3.205
Energia elétrica comprada	4.484	2.712
Outros passivos	-	4
Passivo circulante	170.322	64.886

⁽¹⁾ No saldo de fornecedores de imobilizado estão contempladas estimativas de desembolso futuro, em curto prazo, decorrentes da conclusão da construção da Usina, dos quais R\$ 3.919 referem-se aos compromissos socioambientais.

10. Outros passivos circulantes

	31.12.2024	31.12.2023
Provisão Ressarcimento do Reequilíbrio do ICMS(1)	23.808	-
Outros Credores	192	32
Outros passivos circulantes	24.000	32

⁽¹⁾ Ver nota 16.

11. Provisão para contingências

	31.12.2024	31.12.2023
Cíveis	18	18
Trabalhistas	106	-
Tributários	8.370	-
Total	8.494	18

A Companhia reconhece provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas com base na avaliação da probabilidade de perda. Essa análise considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência aplicável, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, além da avaliação de advogados externos. As provisões são periodicamente revisadas e ajustadas para refletir eventuais mudanças nas circunstâncias, como prazos prescricionais, conclusões de fiscalizações ou novas exposições identificadas em razão de decisões judiciais ou questões emergentes.

⁽²⁾ O saldo considera os valores a pagar referentes à fiança bancária, no montante de R\$62.542, e ao seguro operacional, no valor de R\$28.612.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

12. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos guais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com taxas de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP e do IPCA.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

A variação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Dessa forma, o financiamento contratado, vinculado à TJLP, tende a ser protegido pelos contratos de venda de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário. Ressalta-se que o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

a.2) Risco relacionado às dívidas com taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e de índices flutuantes. O cenário-base provável para 31.12.2024 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

12. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

a.2) Risco relacionado às dívidas com taxas de juros e índices flutuantes--Continuação

	Variação 12 meses	Cenário Provável		Sensibilidade	
Risco de variação	31.12.2024	31.12.2025	Provável	∆ + 25% (1)	Administração
TJLP	7,43%	9,11%	1,68 p.p	1,14 p.p	1,00 p.p
IPCA	4,42%	5,64%	1,22 p.p	0,71 p.p	1,00 p.p

⁽¹⁾ Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2024, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2025, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2024	Provável	Sensibilidade Δ + 25%	Administração
Risco de aumento	_			
Financiamentos				
TJLP	758.626	12.745	8.639	7.586
Debêntures				
IPCA	1.065.450	12.998	7.511	10.655

b) Risco de gerenciamento de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e financiamentos, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados ao serviço da dívida) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

12. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de gerenciamento de capital--Continuação

	31.12.2024	31.12.2023
Instrumentos de dívida (-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida (-) Caixa e equivalentes de caixa Dívida líquida	1.824.076 (121.620) (131.113) 1.571.343	1.793.306 (132.788) (45.598) 1.614.920
Patrimônio líquido	1.115.177	1.194.115
Endividamento líquido	1,41	1,35

c) Risco de vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Mais informações vide Nota 13 - Instrumentos de dívida.

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes. Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

d.2) Riscos relacionados à aplicação financeira

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados majoritariamente em um Fundo de Investimento de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pósfixados, atrelados à variação da Selic. Uma parcela menor também está alocada em CDB emitido pelo Banco Daycoval, instituição acredita pelo mercado, com baixo nível de risco e alta liquidez.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

12. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de crédito--Continuação

d.2) Riscos relacionados à aplicação financeira--Continuação

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	170.322	-	_	-	170.322
Financiamentos	93.111	241.099	250.285	821.375	1.405.870
Debêntures	121.718	255.375	321.391	1.407.219	2.105.703
	385.151	496.474	571.676	2.228.594	3.681.895

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

12. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Hierarquia	31.12.2024	31.12.2023
Nível 1	109.089	25.629
N.A.	22.024	19.969
N.A.	113.130	49.734
N.A.	121.620	132.788
-	365.863	228.120
-		
N.A.	170.322	64.886
N.A.	758.626	736.617
N.A.	1.065.450	1.056.689
-	1.994.398	1.858.192
	Nível 1 N.A. N.A. N.A. N.A.	Nível 1 109.089 N.A. 22.024 N.A. 113.130 N.A. 121.620 365.863 N.A. 170.322 N.A. 758.626 N.A. 1.065.450

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

12. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos financiamentos e nas debêntures. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12	31.12.2024		2.2023
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Financiamentos	758.626	769.082	736.617	748.017
Debêntures	1.065.450	1.112.641	1.056.689	1.059.744
	1.824.076	1.881.723	1.793.306	1.807.761

13. Instrumentos de dívida

Prática contábil

Os financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

Os instrumentos de dívida são compostos pelo saldo de financiamentos e debêntures.

	31.12.2024	31.12.2023
Financiamentos	758.626	736.616
Debêntures	1.065.450	1.056.690
TOTAL	1.824.076	1.793.306
Passivo circulante	143.219	100.102
Passivo não circulante	1.680.857	1.693.204

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos de dívida--Continuação

Prática contábil--Continuação

a) Composição

	31.12.2024		31.12.2023			
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Financiamentos						
BNDES	22.936	735.690	758.626	35.454	698.455	733.909
Encargos	-	-	-	2.707	-	2.707
	22.936	735.690	758.626	38.161	698.455	736.616
Debêntures						
Debêntures - 1ª emissão	39.149	348.214	387.363	20.357	384.808	405.165
Debêntures - 2ª emissão	67.115	596.953	664.068	28.343	609.941	638.284
Encargos	14.019	-	14.019	13.241	-	13.241
•	120.283	945.167	1.065.450	61.941	994.749	1.056.690
	143.219	1.680.857	1.824.076	100.102	1.693.204	1.793.306

Em julho de 2024, a Companhia celebrou um acordo de *Standstill* com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do programa de medidas emergenciais oferecidas pelo BNDES aos seus clientes situados no Estado do Rio Grande do Sul. Este acordo implica na suspensão dos pagamentos de principal e juros do contrato de financiamento pelo período de 12 (doze) meses, sem a incidência de juros de mora. O prazo total do financiamento permanecerá inalterado. Como resultado deste acordo, todos os valores anteriormente classificados como passivo circulante foram transferidos para o passivo não circulante, uma vez que nenhuma obrigação vencerá nos 12 meses subsequentes, os pagamentos de principal e juros serão retomados em julho de 2025.

b) Mutação

	Total
Saldo em 31.12.2022	1.788.529
Juros	138.162
Variações monetárias	56.662
Amortização de principal	(58.116)
Amortização de juros	(131.931)
Saldo em 31.12.2023	1.793.306
Juros	145.851
Variações monetárias	52.470
Amortização de principal	(67.979)
Amortização de juros	(99.572)
Saldo em 31.12.2024	1.824.076

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos de dívida--Continuação

Prática contábil -- Continuação

c) Vencimentos dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

	Financiamentos	Debêntures	Total
2026	86.333	60.762	147.095
2027	73.286	60.898	134.184
2028	76.612	70.296	146.908
2029	90.538	82.814	173.352
2030 a 2034	223.423	447.478	670.901
2035 a 2036	185.498	222.919	408.417
Total	735.690	945.167	1.680.857

d) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida		Covenants	Medição em 31/12/2024
Financiamentos			
BNDES		ICSD >= 1,2x	1,94x
Debêntures		•	
1ª e 2ª Emissão		ICSD >= 1,1x(1)	1,94x

⁽¹⁾ Maior ou igual a 1,1x para fins de vencimento antecipado e maior ou igual a 1,2x para fins de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, exceto dividendos mínimos estatutários. Ressalta-se que existem outras obrigações que devem ser cumpridas concomitantemente para a distribuição de recursos adicionais aos acionistas.

Na análise da Administração, em 31 de dezembro de 2024, os compromissos financeiros estão sendo integralmente atendidos pela Companhia e serão cumpridos.

e) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade ¹	Remuneração	Principal ³	Vencimento	Saldos em 31.12.2024
Financiamentos					
BNDES	-	TJLP + 3,09% a.a. ²	Mensais	01.2036	758.626
Debêntures					
1ª Emissão - Série 1	102.000	IPCA + 6,25% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	04.2028	89.083
1ª Emissão - Série 2	238.000	IPCA + 7,50% a.a.	Semestrais a partir de 10.2028	10.2036	304.355
2ª Emissão - Série 1	150.000	IPCA + 4,50% a.a.	14 parcelas semestrais a partir de 10.2021	04.2028	128.808
2ª Emissão - Série 2	432.000	IPCA + 5,75% a.a.	17 parcelas semestrais a partir de 10.2028	10.2036	543.204

⁽¹⁾ Aplicável somente para debêntures.

⁽²⁾ O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

⁽³⁾ Encargos possuem pagamentos semestrais a partir de 10.2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos de dívida--Continuação

Prática contábil--Continuação

f) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão dos direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações; (d) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (e) hipoteca dos terrenos urbanos de sua propriedade destinada à implantação do projeto; (f) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; e (g) conta reserva em valor correspondente a 3 meses das despesas contratuais de operação e de manutenção.

A conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas de operação e de manutenção foi devidamente composta pela Companhia, conforme determinação contratual (Nota 7 - Depósitos vinculados).

14. Obrigações e créditos fiscais e regulatórias

a) Crédito de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda ¹	3.411	5.451
Contribuição social	103	572
•	3.514	6.023
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	3.514	5.989
Ativo não circulante	-	34
	3.514	6.023

⁽¹⁾ O saldo é composto pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras.

b) Outros créditos fiscais a recuperar

São registrados pelos valores conhecidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	31.12.2024	31.12.2023
COFINS ¹	2.541	2.353
PIS ²	212	522
	2.753	2.875
Classificação no balanço patrimonial		<u> </u>
Ativo circulante	2.753	831
Ativo não circulante	-	2.044
	2.753	2.875

⁽¹⁾ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

⁽²⁾ Programa de Integração Social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

14. Obrigações e créditos fiscais e regulatórias--Continuação

c) Obrigações fiscais e regulatórias

São registradas pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

31.12.2024	31.12.2023
9.705	3.296
433	410
109	109
2.153	179
14.636	10.407
621	34
27.657	14.435
	9.705 433 109 2.153 14.636

⁽¹⁾ Compõem este saldo (i) o valor de R\$ 3.758 referente a provisão de impostos indiretos do reequilíbrio de ICMS conforme descrito na NE 15, (ii) os impostos correntes sobre o faturamento no valor de R\$5.947.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Prática contábil

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os períodos sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias - diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são apurados de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

⁽²⁾ O saldo de obrigações regulatórias inclui o valor de R\$14.054 destinado a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que correspondente a 1% do faturamento líquido, a ser investida em projetos da área. Em 2024, foi constituído o Comitê de P&D, com o objetivo de apoiar a gestão da Companhia na implantação desses projetos. Ao longo do ano, diversas propostas foram apresentadas, sendo selecionada a intitulada "Co-combustão de Carvão Mineral e Biomassas em Escala Piloto com Foco na Transição Energética", desenvolvida em parceria entre a Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - COPPE. A contratação do projeto está prevista para ser concluída no segundo trimestre de 2025, com início dos desembolsos programado para este mesmo período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

14. Obrigações e créditos fiscais e regulatórias--Continuação

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Prática contábil--Continuação

d.1) Composição

		31.12.	.2024		31.12.2023
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	1.033.230	258.308	92.991	351.299	310.196
Depreciação antecipada - provisões	28.294	7.074	2.546	9.620	8.621
Despesas pré-operacionais	-	-	-	-	349
Provisão pagamento ICMS	23.808	5.952	2.143	8.095	-
Outros	11.459	2.865	1.031	3.896	781
	1.096.791	274.199	98.711	372.910	319.947
Passivo:					
Depreciação fiscal ¹	646.288	161.572	58.166	219.738	219.738
Encargos financeiros capitalizados	17.722	4.431	1.595	6.026	6.264
Estimativa de receita reequilíbrio ICMS	36.873	9.218	3.319	12.537	-
	700.883	175.221	63.080	238.301	226.002
Valor líquido		98.978	35.631	134.609	93.945

⁽¹⁾ A Companhia adota, para fins societários, as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL. Para fins fiscais, utilizou até dezembro de 2023 as taxas de depreciação previstas pela RFB. A partir de 2024, foi decidido postergar a aplicação do método de depreciação fiscal, devido ao acúmulo de prejuízo fiscal adicional decorrente da menor vida útil atribuída aos ativos pelo referido método.

d.2) Expectativa de realização e exigibilidade

	Ativo	Passivo	Ativo diferido líquido
2029 a 2031	18.950	27.593	(8.643)
2032 a 2034	97.392	64.216	33.177
2035 a 2037	123.990	54.934	69.056
2038 em diante	132.614	91.593	41.019
	372.946	238.336	134.609

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

14. Obrigações e créditos fiscais e regulatórias--Continuação

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Prática contábil--Continuação

d.2) Expectativa de realização e exigibilidade--Continuação

O crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos foi reconhecido com base na expectativa de geração futura de lucros tributáveis, especialmente considerando a melhora significativa dos resultados a partir de 2028, com o término da fiança bancária que atualmente representa um impacto anual de R\$100 milhões. Esse fator, aliado à continuidade operacional e à vigência do contrato regulado até 2043, assegura a viabilidade da realização do crédito fiscal diferido, com monitoramento contínuo das premissas e ajustes quando necessário para refletir a capacidade da entidade em gerar lucros tributáveis futuros.

e) Conciliação dos tributos no resultado

	2024		2023			
-	IR	CSLL	TOTAL	IR	CSLL	TOTAL
Resultado antes dos tributos	(119.602)	(119.602)	(119.602)	(175.818)	(175.818)	(175.818)
Alíguota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Tributos às alíquotas nominais	29.901	10.764	40.664	43.954	15.824	59.779
Outros	-	-	-	(218)	97	(121)
	29.901	10.764	40.664	43.736	15.921	59.658
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	-	-	-	(488)	-	(488)
Diferido	29.901	10.764	40.664	44.225	15.921	60.146
	29.901	10.764	40.664	43.737	15.921	59.658
Alíquota efetiva	25%	9%	34%	25%	9%	34%

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2024 era de R\$1.268.041 representado por 1.268.041.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 50% pertencem à Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e 50% pertencem à Grafito Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Ordinárias	Ordinárias
	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo líquido do exercício	(78.938)	(116.164)
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	1.268.041	1.268.041
Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)	(0,06)	(0,09)

16. Receita operacional líquida

Prática contábil

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia for efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento em que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida--Continuação

Prática contábil -- Continuação

A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento.

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2024	31.12.2023
Suprimento de energia elétrica ¹	915.266	786.082
Transações no mercado de curto prazo	124.443	42.304
Receita de reequilíbrioICMS ²	40.631	-
Outras receitas	9.480	3.574
	1.089.820	831.960
Deduções da receita operacional	(101.944)	(77.786)
P&D ³	(10.031)	(7.856)
Receita operacional líquida	977.845	746.318

- (1) No exercício de 2023 a companhia arcou com glosas no faturamento em razão de reapurações na receita no período de 2019 a 2020, no montante de R\$41.625.
- (2) No exercício de 2024, a Companhia reconheceu uma receita de R\$90.405 referente ao pleito de reequilíbrio do ICMS diferido sobre o carvão mineral, com contrapartida na conta de clientes. Desse valor, R\$49.773 foi convertido em caixa no período e está contabilizado na linha "Suprimento de energia elétrica", enquanto R\$40.631 foi reconhecido como receita a realizar nos próximos meses (curto prazo), em função das obrigações de performance já terem sido concluídos para o reconhecimento contábil dessas receitas. A origem dessa receita está na alteração da legislação do ICMS sobre o insumo, considerando os faturamentos realizados desde 1º de janeiro de 2019, data em que passou a ser exigido o recolhimento do ICMS diferido nas operações com carvão mineral. Adicionalmente, cabe notar que a antiga controladora faz jus ao recebimento do valor do ICMS diferido referente ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de maio de 2023. Portanto, a companhia reconheceu essa despesa no valor do mesmo em R\$48.903 como despesa para ressarcimento na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Desse montante, R\$25.095 já foi realizado em caixa, enquanto R\$23.808 permanecem provisionados para pagamento futuro, na linha de "outros passivos circulantes".
- (3) Maiores detalhes sobre a obrigação de Pesquisa e Desenvolvimento (P&) estão divulgados na nota explicativa 14.c -obrigações e créditos fiscais e regulatórios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

17. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	6.305	6.450
Renda de depósitos vinculados	12.668	13.820
Outros juros e variações monetárias	3.564	8.459
Outras receitas financeiras	60	36
	22.597	28.765
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Instrumentos de dívida	198.321	194.824
Fiança bancária	115.752	113.058
Outras despesas financeiras1	1.791	6.919
·	315.864	314.801
	293.267	286.036

⁽¹⁾ A companhia reconheceu a reversão dos juros referente as glosas na receita pelas reapurações de anos anteriores, gerando um crédito no valor de R\$2 769

18. Transações com partes relacionadas

Prática contábil

A Companhia, devido a troca de controle em 31 de maio de 2023 (Nota 1 - Contexto Operacional), não possuía transações com partes relacionadas, e consequentemente em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 não havia saldos a receber ou a pagar.

A Companhia, de 01.01.2023 a 31.05.2023, período o qual a Pampa Sul era controlada pela Engie Brasil Energia S.A., possuía transações. As principais transações eram estas:

- (a) Compra de energia;
- (b) Serviços administrativos e financeiros.

No quadro abaixo demonstramos o efeito, de 5 meses, no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

C....t... . D......

	Custos e Despesas		
	Compra de	Serviços de	
	Energia	Terceiros	
2023			
ENGIE Brasil Energia	7.000	405	
Total	7.000	405	
2024 (1)	-	-	
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		

⁽¹⁾ De acordo com o mencionado acima, a Engie Brasil Energia S.A., após a venda da operação da Pampa Sul, passou a não ser mais uma parte relacionada da Pampa Sul. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, possuem saldos em favor da Engie, porém devido não ser mais uma parte relacionada, elas estão sendo divulgadas nas notas explicativas de contas a pagar de terceiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

18. Transações com partes relacionadas--Continuação

Prática contábil--Continuação

Todas as transações envolvendo compra e venda de energia com partes relacionadas, de prestação de serviços e de emissão e compra de instrumentos financeiros foram realizadas em condições e prazos estipulados entre as partes. Essas transações foram registradas de acordo com os termos contratuais e são atualizadas de acordo com os encargos estabelecidos nos contratos.

19. Seguros

A Companhia possui seguro de riscos operacionais, que cobre tanto danos à propriedade quanto interrupção de negócios. A apólice abrange danos materiais incorridos na usina, incluindo a linha de transmissão e a barragem de Jaguarão 2, no valor de US\$200.000. A vigência do seguro é até 28.05.2026. Adicionalmente, a Companhia possui um seguro de responsabilidade civil no valor de R\$60.000 com vigência até 31.05.2025 e um seguro garantia de pagamento ao fornecedor de carvão Seival Sul no valor de R\$55.000 com vigência até 23.01.2025.

20. Compromissos de longo prazo

A Companhia considera os compromissos de longo prazo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes em 31 de dezembro de 2024:

a) Contratos compra de carvão

A Companhia mantém um contrato de fornecimento de carvão com vigência até 2029, com previsão de renovação por mais 15 anos. Em 31 de dezembro de 2024, o compromisso mensal relacionado a esse contrato era de R\$9.268. O reajuste contratual ocorre anualmente no mês de março, considerando a variação do IPCA acumulado nos 12 meses anteriores à data de reajuste. As projeções financeiras contemplam a vigência integral do contrato regulado.

b) CUST

Para acesso ao sistema de transmissão e à rede básica, a Companhia mantém um contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 31 de dezembro de 2024, o compromisso mensal associado a esse contrato era de R\$3.411. O reajuste contratual é realizado anualmente no mês de julho, considerando a variação do IPCA acumulado nos 12 meses anteriores à data de reajuste. Os valores projetados refletem a vigência do contrato até 2043.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

20. Compromissos de longo prazo--Continuação

c) Contrato compra de calcário dolomítico

A Companhia possui um contrato de fornecimento de calcário dolomítico vigente até 2043. Em 31 de dezembro de 2024, o compromisso mensal referente a esse contrato era de R\$1.187. O reajuste contratual ocorre anualmente no mês de janeiro, considerando a média entre a variação do IPCA acumulado e a oscilação do preço do diesel comum vendido na região de Bagé nos 12 meses anteriores à data de reajuste. As projeções financeiras contemplam a vigência total do contrato regulado.

d) Contrato de compra de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, cujas quantidades contratadas estão demonstradas no quadro a seguir:

Venda
295
295
295
295
1.180
3.245
5.605

Adicionalmente, até 31.12.2024, a Companhia assinou o seguinte compromisso:

e) Contrato de prestação de serviço de bombeiro civil

A Companhia possui contrato de serviço de uma equipe de bombeiro civil classe II e condutor na prevenção de e combate a incêndios com vigência até 2026. Os compromissos futuros referentes a esse contrato, na data base de 31.12.24, eram de R\$1.360.

Paulo Roberto Goulart	
Contador - CRC/RS - 083236	

Departamento de contabilidade